





Central de Custódia de São Luís inicia operação de sala de audiência de custódia por videoconferência.



A Central de Custódia de São Luís começou a operar uma sala de **videoconferência** montada especialmente para **audiências** de **custódia**.

As audiências de custódia por videoconferência foram disciplinadas pelo Conselho Nacional de

Justiça, através da Resolução nº 357.

A norma do CNJ passou a admitir a realização por videoconferência das audiências de custódia, quando não for possível a realização, em 24 horas, de forma presencial.

A Resolução estabele as condições técnicas necessárias para as salas, a fim de prevenir qualquer tipo de abuso ou constrangimento ilegal, assegurando a privacidade ao preso na sala em que se realizar a videoconferência, devendo permanecer sozinho durante a realização de sua oitiva, ressalvada a possibilidade de presença física de seu advogado ou defensor no ambiente.

As salas destinadas para a realização de atos processuais por sistema de videoconferência poderão ser fiscalizadas pelas corregedorias e pelos juízes que presidirem as audiências.

Comarcas de entrância intermediária passam a utilizar o Módulo Criminal do sistema PJe.



O protocolo, o registro, a distribuição, a autuação, a tramitação e as comunicações nos processos judiciais da **competência criminal**, bem como a prática dos atos processuais e respectiva representação por meio eletrônico, serão feitos

exclusivamente pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em diversas comarcas de **entrância intermediária.** 

O **módulo criminal do sistema PJe** já foi implantado em 70 comarcas de entrância inicial e 24 comarcas de entrância intermediária, permitindo que as ações de natureza criminal possam tramitar de forma totalmente eletrônica nas varas dessas comarcas.

O PJe já está implantado em todas as 107 comarcas instaladas do estado desde 22 de agosto de 2019, data em que a Comarca de Alto Parnaíba se tornou a última a receber o sistema. Até abril de 2021, todas as comarcas já estarão operando o módulo criminal do sistema.

## Tribunal Implanta novo módulo do sistema de material e patrimônio.

O Tribunal implantou em fevereiro o **módulo de controle de suprimentos** do **sistema Materiales**.

O novo módulo permite o controle de estoques de materiais e suprimentos e a requisição, pelas unidades, de novos suprimentos para seu uso.

O Materiales, desenvolvido a pedido da Diretoria Administrativa, armazena dados de materiais e suprimentos, notas fiscais, controla o estoque, além de permitir que as unidades judiciais e administrativas façam seus pedidos de suprimentos de forma on-line.

# Tribunal amplia sua capacidade de backup de dados e arquivos.

O Tribunal ampliou em fevereiro sua capacidade de backup de dados e arquivos.

Com a aquisição de um novo **robô** para **gravação** de **backup** em **fita**, o TJMA ampliou em mais de 50% sua capacidade de armazenamento de cópias de segurança dos dados de seus sistemas.

A aquisição permite maior segurança no tratamento dos dados dos processos eletrônicos, garantindo a recuperação das informações em caso de falha ou corrupção de dados.

A iniciativa atende ao plano de modernização do Judiciário, garantindo a segurança das informações.

### Tribunal de Justiça do Maranhão

Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa Presidente

Des. Jaime Ferreira de Araújo Vice-presidente

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira Corregedor-Geral da Justiça

### Comissão de Informática

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho

#### Diretoria de Informática e Automação (98) 3198-4580 dirinformatica@tjma.jus.br

Atendimento ao Usuário de Informática (98) 3194-6600 informatica@tjma.jus.br